



Boletim Especial SINTUR-RJ

UFRRJ (Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos). Ano VI - Número 2 - Outubro, 2020



SOU CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

Nessa 1ª edição do Boletim Especial Contra a Reforma Administrativa, você vai encontrar textos dos técnico-administrativos da UFRRJ que participaram da Campanha **"POR QUE VOCÊ É CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA?"**

Iniciaremos com explicações importantes da PEC 32/2020; apresentaremos imagens dos atos virtuais e presenciais que ocorreram no mês de setembro contra este Projeto de Emenda à Constituição.

VENHA ENTENDER o porquê dessa reforma significar o desmonte dos serviços públicos.



EDITORIAL

A Reforma Administrativa não atingirá somente aos servidores, é uma reforma de Estado. O servidor pode perder seus direitos e até o emprego, mas a população perderá os serviços públicos. Com esta reforma teremos a destruição dos serviços públicos, isto com grande apoio e defesa do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o senador Davi Alcolumbre, da imprensa e de todo grande empresariado, que veem nesta Reforma Administrativa a oportunidade de ganhar, ainda mais com o fim dos serviços públicos e a privatização.

Diante disto, a Direção do **SINTUR-RJ** consciente da sua responsabilidade frente a esse ataque, participamos de todos os Fóruns que organizam à luta contra a Reforma Administrativa, através de seminários, reuniões, plenárias e implementamos junto a base essas deliberações. E para que os trabalhadores e trabalhadoras possam entender todos os aspectos da reforma de Bolsonaro, realizamos durante todo o

mês de setembro, as quintas-feiras, LIVES com convidados (as) que apresentaram os aspectos jurídicos e sociais da PEC 32/2020 e principalmente como ela destruirá os serviços públicos. Essas informações são importantes para que possamos dialogar com a população, que será a mais prejudicada.

Nesta primeira Edição, você, terá a oportunidade de ler opiniões de servidores da UFRRJ que participaram da nossa Campanha **"Por que você é contra a REFORMA ADMINISTRATIVA?"** Eles não só ganharam uma caneta com a frase **"Sou contra a Reforma Administrativa,"** o mais importante, com certeza, é que estão contribuindo para o repasse da verdade sobre este projeto. Nós sabemos, que a ofensiva deste governo, com todo o apoio que têm e com as mentiras que a população é levada a acreditar, precisaremos de muita resistência.

Desta forma, afim de preservar as vidas dos que estão em grupo de risco, os atos virtuais estão garantindo a visibilidade

dessa luta e os que não podem, com todos os cuidados necessários, estão fazendo nas ruas este enfrentamento e o **SINTUR-RJ** está participando ativamente de todas as formas de mobilizações.

Temos uma forte batalha a travar, por isto, seguiremos informando, novas LIVES serão apresentadas, a segunda Edição do Boletim Contra a Reforma Administrativa trará a visão dos convidados das LIVES já realizadas, destacando os mais diferentes aspectos, através das suas observações. Mas o principal será nossa luta cotidiana contra essa Reforma Administrativa, através de participação nos atos virtuais e presenciais, precisaremos de muita unidade para derrubar este projeto de emenda à constituição.

**Faça a sua parte!
Informe-se! Resista!
Diga não à Reforma
Administrativa de
Bolsonaro.**

**Direção Colegiada do
SINTUR-RJ -Biênio
2018/2020**

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRRJ Diretoria Colegiada Biênio 2018 - 2020

Conselho Editorial: André Nascimento, Ivanilda Reis, Tatiane Dantas Garcez e Lorena Florêncio. **Jornalista:** Flávia Adriana. **Estagiário de Jornalismo:** Vinicius Assis. **Técnico de Informática:** Daniel Silva. **Edição virtual:** **Endereço:** Rua UAD, 11, Km7, Seropédica/RJ. **Campus:** UFRRJ – Cep: 23851-970 – **Caixa Postal:** 74561. **Telefone:** (21) 2682- 1640; **WhastApp:** (21) 98669- 0116. **Emails:** secretaria@sinturrj.org.br; ssintur@yahoo.com **Site:** www.sinturrj.org.br. **Facebook:** Sintur-RJ. **Instagram:** [instagram.com/sintur.rj](https://www.instagram.com/sintur.rj) **Twitter:** www.twitter.com/RjSintur **Telegram:** t.me/sinturrj



PROPOSTA DO GOVERNO

REFORMA ADMINISTRATIVA FRAGILIZA DIREITOS E PERMITE PERSEGUIÇÃO, DIZEM ESPECIALISTAS

Equipe econômica de Bolsonaro quer acabar com a estabilidade de servidores novos sem mexer em privilégios da 'cúpula'

A proposta de reforma administrativa enviada pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido) ao Congresso Nacional mantém privilégios de poucos, retira direitos de muitos e abre brecha para perseguição de servidores, segundo especialistas.

As mudanças elaboradas pela equipe econômica do governo estão todas contidas numa única proposta de Emenda à Constituição (PEC), identificada como 32/2020.

A aprovação de uma PEC é muito mais difícil do que um projeto de lei, por exemplo - a proposta deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos e só pode ser aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos de senadores e deputados.

Max Leno, economista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), afirma que as proposições de Bolsonaro fragilizam a condição de trabalho dos servidores, em especial o fim da estabilidade. *"Pode-se intensificar a questão do assédio moral, pode-se intensificar a substituição por servidores temporários ou*

terceirizados", diz o economista.

Para ele, o Executivo assume um tom "fiscalista" na proposta, induzindo a população a acreditar que está economizando em contas públicas, quando, na realidade, está cortando direitos de servidores e, conseqüentemente, piorando serviços públicos. *"Essas mudanças têm um cunho fiscalista, sem dúvida alguma. O governo tenta passar a ideia para a sociedade que ele está tentando prezar pelas contas públicas, aumentar a produtividade do setor público, mas não podemos esquecer que grande parte dos serviços que são prestados à sociedade tem o servidor na ponta"*, ressalta Leno.

Segundo o economista, o movimento da equipe de Bolsonaro sugere uma diminuição do Estado em prol de interesses privados. *"Há possibilidades bastante evidentes de que alguns dos principais tipos de serviço público que hoje são desenvolvidos possam vir, no futuro, para a mão da iniciativa privada."*

O diretor da Federação dos Trabalhadores do Judiciário

Federal (Fenajufe), Thiago Duarte Gonçalves, afirma que as mudanças propostas não resolvem problemas estruturais e mantém intactos privilégios de juizes, militares e procuradores, por exemplo. *"Ele [Bolsonaro] transforma a carreira do funcionalismo em cinco tipo de carreiras, sendo que, para o tipo da cúpula, que eles chamam de carreira de estado, a estabilidade continua vigente, não tem discussão de teto, não trata a questão do nepotismo e não trata a redução de jornada com a redução de salário"*, diz.

Ele questiona o fato de a reforma não tocar em aposentadorias compulsórias dessa "cúpula". *"Não existe aposentadoria compulsória como punição para servidor público normal. Só existe para juiz e para promotor. Nem para parlamentar existe isso"*.

Thiago chama a atenção para o acréscimo por Bolsonaro, no artigo 37 da Constituição, do princípio da subsidiariedade, que dá espaço para mais "organizações sociais" e menos Estado. *"Eles tratam a questão de as 'organizações sociais', eles usam esse termo, substituírem várias*



iniciativas que hoje precisam de concurso público. O objetivo estratégico do bolsonarismo é substituir concursado por organização social e aí aparelhar o Estado. É isso que eles querem a médio prazo, daqui cinco, dez anos”, avalia o diretor da Fenajufe.

Ele também reclama da intenção de acabar com a estabilidade para novos servidores. “A perspectiva é de uma administração pública cada vez mais com

interesses particulares. A estabilidade é, às vezes, muito mal compreendida, como se fosse um privilégio. Mas isso é uma conquista da constituinte de 1988. Não existia estabilidade na ditadura militar”.

Thiago prevê tempos “sombrios” caso a reforma seja aprovada no Congresso. “A partir do momento em que você relativiza a estabilidade, que é o que eles estão fazendo com essa PEC, seja para os atuais

servidores, seja para os futuros, você abre margem para os interesses do governo de plantão se sobreporem a interesse da cidadania. A perspectiva é sombria”.

Fonte: *Brasil de Fato*.
Clique no link e Leia na íntegra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020:
<https://drive.google.com/file/d/1hbxIPYDdVCMq5NbgZ4pOkNpAXf44FwLT/view?usp=sharing>



Por que você é contra a REFORMA ADMINISTRATIVA?

Assim que o Governo Bolsonaro apresentou o projeto à Reforma Administrativa, a imprensa iniciou uma série de informações contendo opiniões de pessoas dos mais diversos setores, em todos os seus veículos de comunicação.

Mas, e a opinião dos servidores da UFRRJ? O que pensam dessa Reforma Administrativa do Governo Bolsonaro? O SINTUR-RJ fez essa pergunta em suas redes sociais, confirmam as respostas encaminhadas:



TIAGO JOSÉ B. SALES
DEPARTAMENTO DE PRODUTOS
FLORESTAIS/IF

Para começarmos a ter uma proposta, ela deve fazer sentido. As incoerências na proposta vigente são absurdas.

1. Retira a estabilidade dos servidores.
2. Não define um plano de garantia social (ex. Fgts).
3. Não define uma data base (como previsto em lei) para reposição das perdas salariais devido a inflação.
4. Compara servidores públicos aos trabalhadores da iniciativa privada, onde já visto não funcionar a mesma forma de administração.
5. Mantém privilégios absurdos dos eletivos, que deveriam ser os primeiros a serem revistos.

Para uma proposta ser minimamente discutida deveria observar estes pontos, do contrário, nem deveria ser cogitada.

Você tem direito a seguro desemprego? Nós não temos.

Você tem direito a data base? Nós não temos.

Você tem direito ao FGTS? Nós não temos.

Você tem direito a participação nos lucros? Nós não temos.

Você tem direito ao PIS? Nós não temos.

Você paga imposto de renda? Nós também pagamos (ele é descontado direto de nosso contracheque).

Você utiliza o SUS? Nós também utilizamos (não temos plano de saúde empresarial).

Você estudou em escola pública? A maioria de nós também estudou.

O que a reforma administrativa irá te tirar? A garantia de um serviço público gratuito e igualitário.

O que a reforma administrativa irá nos tirar? A segurança jurídica e administrativa de poder prestar um serviço público gratuito e igualitário.

Anos de estudo e preparação até passar: o cargo público deve ser merecido e não apadrinhado.

O propósito da estabilidade é inibir a corrupção. A maioria das pessoas que praticam corrupção no serviço público o fazem dentro de uma função pública (de livre nomeação e exoneração) e não em cargo público (conquistado depois de disputado processo seletivo). Mas as pessoas que praticam corrupção dentro de função pública, são apenas a ponta de um esquema que começa nos agentes políticos.



LORENA FLORÊNCIO
DIVISÃO DE RESIDÊNCIA
ESTUDANTIL - DIRE



LEANDRO DOS SANTOS
PROFESSOR DA UFRRJ – DTPE/IE

“A reforma administrativa vai acabar com o principal obstáculo dos governos liberais rumo a privatização total da vida. Sem o servidor público com estabilidade e sem medo de retaliações nós não teremos nenhuma resistência contra a venda do patrimônio público. ”

“O modelo de reforma que o governo federal apresenta nos tira os benefícios e direitos que conquistamos no decorrer de longos anos de trabalho e luta, não é justo ser a favor de uma reforma que vêm para nos prejudicar os anos colaborados e multiplicados que venho empenhando durante todo esse período e jogado no vento, será que os criadores e idealizadores desse projeto de reforma serão prejudicados? Somos **FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS FEDERAIS E NÃO ABRO MÃO**, por isso, sou contra a reforma administrativa.”

Será o fim do serviço público!

FORA BOLSONARO E MOURÃO



ANGELA MARIA DIAS
TAE DA BIBLIOTECA
COORDENADORA DO SINTUR-RJ



ELISÂNGELA M. SOARES
PROGRAD/UFRRJ

“O objetivo da Reforma Administrativa não é melhorar o serviço público, isso se faz com investimento, o que não acontece faz tempo. Isso é para favorecer a corrupção, interesses políticos e privados. ”



EVANDRO CÉSAR
INSTITUTO DE ZOOTECNIA

Nos moldes em que o governo federal está propondo a reforma administrativa, faz com que as distorções em âmbito federal, estadual e municipal cresçam ainda mais. É um verdadeiro desmonte do estado brasileiro, que fará com toda certeza a piora do serviço prestado à população.

Nos moldes em que o governo apresenta a reforma, fará ainda com que uns poucos manterão grandes privilégios, enquanto outros muitos serão inclusive perseguidos, pois também perderão sua estabilidade em prol dos apadrinhados políticos. A reforma administrativa nos moldes propostos, será o

início do fim do serviço público, gratuito e de qualidade. Seria muito mais fácil colocar em um cargo público aqueles que eles indicariam, pois estariam submissas as suas vontades políticas.

VEJA ALGUMAS MUDANÇAS

COM A REFORMA ADMINISTRATIVA



Estabilidade

A estabilidade no serviço público ficará restrita a carreiras típicas de Estado. Uma lei complementar futura vai definir quais se enquadram nessa categoria. Os profissionais das demais carreiras serão contratados por tempo indeterminado ou determinado.

Para ter direito a estabilidade, o servidor que ingressar em carreiras típicas de estado terá que cumprir dois anos de período de experiência. Após esse período, ele terá estabilidade se permanecer por mais um ano no cargo, com desempenho satisfatório.

O servidor que entrar no funcionalismo até a data de entrada em vigor do novo regime jurídico terá direito a estabilidade se cumprir um ano de período de experiência, e mais três anos de efetivo exercício.



Férias

É vedada a concessão de férias em período superior a 30 dias pelo período aquisitivo de um ano.



Acumulação de cargos públicos

É autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos para servidores não ocupantes de cargos típicos de Estado, quando houver compatibilidade de horários e não houver conflito de interesse.



Adicionais por tempo de serviço e licença-prêmio

O texto também veda o pagamento de adicionais referentes a tempo de serviço, independentemente da denominação adotada, além da concessão de licença-prêmio, licença-assiduidade ou outra licença decorrente de tempo de serviço, independentemente da denominação adotada, ressalvada, dentro dos limites da lei, licença para fins de capacitação.



Aposentadoria compulsória

A PEC proíbe a aposentadoria compulsória como modalidade de punição.



Progressão de carreira

O texto veda a concessão de progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço.

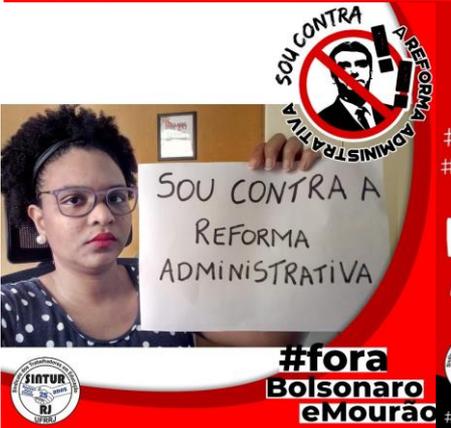
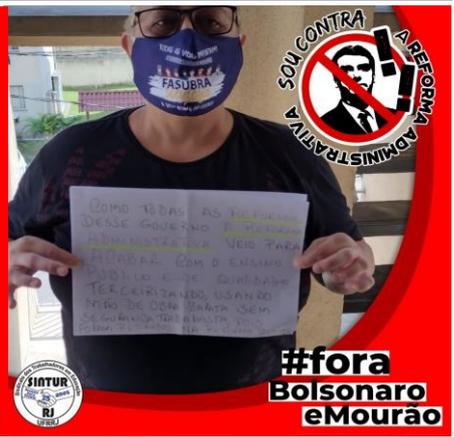


Os ataques do Governo Bolsonaro contra os trabalhadores e os serviços públicos são muitos, mas, neste momento, nosso grande enfrentamento deve ser contra a Reforma Administrativa, que tem apoio do Presidente da Câmara Rodrigo Maia, do Senador Davi Alcolumbre, da imprensa e de todos os grandes empresários que se beneficiarão ainda mais com o desmonte dos serviços públicos.

Diante disto, para combater esta reforma precisaremos de muita luta. Ciente desta realidade servidores do país inteiro que não estão em grupo de riscos, estão ocupando as ruas, com todos os cuidados para preservação da vida, como ainda não é o momento de grandes aglomerações as atividades virtuais seguem garantindo a visibilidade da nossa luta.

PARTICIPE!!

30 DE SETEMBRO - DIA NACIONAL DE LUTAS EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA



TWITTAÇO

#NãoÀReformaAdministrativa
#EmDefesaDosServiçosPúblicos
#ForaBolsonaro

HOJE ÀS 16H

@RJSINTUR

#SinturRJNaLutaContraAReformaAdministrativa

